



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA/ALVARÁ

Processo nº: **1003838-60.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Leonildo Batista Calazans**
 Requerido: **CLAUDINEIA NERIS GONÇALVES CALAZANS**

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Defiro a AJG. Anote-se.

Nos termos da Lei nº 6.858/1980, artigos 1º e 2º, serão pagos em quotas iguais aos dependentes habilitados perante a previdência social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento, mediante alvará judicial, os seguintes valores:

- I. valores devidos pelos empregadores aos empregados;
- II. montantes das contas individuais do FGTS;
- III. montantes das contas individuais do PIS-PASEP;
- IV. restituições de IRPF e outros tributos recolhidos por pessoa física;
- V. **saldos bancários, de cadernetas de poupança ou fundos de investimento até o valor de 500 OTNs, desde que não haja outros bens sujeitos a inventário.**

No mesmo sentido, a Lei nº 8.213/91, artigo 112 contém regra idêntica no tocante ao valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da previdência social.

No caso dos autos, o autor é guardião da única herdeira da falecida, e portanto, supre a legitimidade exigida neste demanda.

Assim, **AUTORIZO** a pessoa de Leonildo Batista Calazans, CPF 982.807.328-53, RG 16.446.652-6 a **LEVANTAR A INTEGRALIDADE** do saldo existente na conta bancária nº 16.011-5, da agência 1998 do Banco Caixa Econômica Federal, em nome da falecida, CLAUDINEIA NERIS GONÇALVES CALAZANS, filha de Leonildo Batista Calazans e Donizete Gonçalves Calazans, nascida em São Carlos, falecida em 30/07/2014, RG 297837588, **servindo esta sentença, assinada digitalmente pelo Juiz, como ALVARÁ JUDICIAL**, podendo o seu beneficiário praticar todos os atos necessários ao seu fiel cumprimento, podendo, inclusive, assinar em papéis e documentos para a consecução daquele objetivo, receber e dar quitação e encerrar mencionada conta de poupança. **O Banco deverá entregar ao autorizado cópia do termo de encerramento da conta.** Prazo: 180 dias

Consigno que o valor deverá ser inteiramente utilizado em favor da herdeira (Thalita), não sendo necessária prestação de contas.

Ausente qualquer interesse recursal (art. 503, CPC), fica anotado o trânsito em julgado, ocorrido na data de prolação desta sentença, dispensado o lançamento de certidão pelo cartório.

Aguarde-se por 30 dias e, ausente provocação, arquivem-se.

Ciência ao Ministério Público.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

P.R.I.

São Carlos, 23 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**